

Revista
de Engenharia
ano V - vol V - nº 50
setembro - 1946

Atual Problema do Paço Municipal

Eng. Arq. AMADOR CINTRA DO PRADO

Conferência realizada no Instituto de Engenharia, em 27 de agosto de 1946

O motivo que me faz ocupar esta tribuna para tratar do "Atual Problema do Paço Municipal", além duma deferência que muitíssimo me honra, é o empenho alevantado e sadio que anima a direção do Instituto de Engenharia, personalizada em nosso colega Heitor Portugal — "the right man in the right place" e que procura debater, enquanto é tempo próprio, uma importantíssima questão para a cidade de Piratinin-ga, transformada pelo esforço de seus habitantes numa metró-pole de crescimento assustador em importância econômica e por-tanto política.

EXIGÊNCIAS E SOLUÇÕES DUM PAÇO

Juntamente com os problemas externos ligados ao bem-estar social, São Paulo aflige os seus administradores com o desdobramento incessante e premente da aparelhagem exigida para o governo municipal cada vez mais complexo e mais difícil. Para usar duma comparação moderna, tem-se a impres-são dum fenômeno de multiplicação em cadeia.

Nesse conjunto permanece e avulta, como imperativo de sua eficiência e de seu próprio decoro, o problema do Paço Municipal.

Ele se agitou neste momento com a aproximação do 4.º centenário da fundação da cidade a ser comemorado em Ja-neiro de 1954, e com a correlata idéia duma instalação pro-visória.

Como contribuição sincera para a solução do problema, pretendo em poucas palavras condensar o que o assunto me sugere a respeito, neste momento em que tantas vozes têm declarado que a instalação provisória é passível duma pro-veitosa reconsideração.

Tanto da exposição de motivos do Exmo. Sr. Prefeito atual como dos estudos anteriores que se fizeram sobre o caso, fica evidenciado que o problema admite várias soluções, pois que todos os itens não podem ser satisfeitos simultanea-mente. Alguns há que são inconciliáveis, outros de diferen-ça objetiva na sua importância, e outros ainda de diferença subjetiva na sua apreciação. Entretanto, não resta dúvida que uma solução provisória, como seu próprio nome indica, está cheia de imperfeições que podem ser toleradas na esperança de que durem pouco. Desta verdade, podemos tirar duas consequências: devemos evitar o provisório que dure muito e o provisório que seja tão importante quasi como o definitiva. Veremos depois como isto se aplica ao caso.

Estou pessoalmente convencida de que, aproveitada justa-mente toda a benevolência com que se cerca o projeto dum paço provisório, ainda se verá que é caso de enfrentar, com a mesma probabilidade de êxito, a solução do paço definitivo.

Para ambos os projetos — provisório e definitivo — se antepõem dificuldades comuns e iguais; umas poucas diferem na realidade, e quando isto acontece, feito o balanço dos pros

e contras, há largas compensações em favor do projeto de um paço definitivo.

Uma agravante existe no estudo da questão. Pouca gente, dos que se põem a opinar, examina ou está apta a examinar o conjunto das condições e cada uma delas de per si, seja porque isso demanda tempo, seja porque, sendo poucos os técnicos, a voz destes não atinge a ressonância da multidão sempre inclinada a manifestar-se antecipadamente por motivos mais ao seu alcance.

De duas ordens são os fatores que influem na solução: os do projeto e os da sua realização. Os dados do projeto estão afetos aos urbanistas e arquitetos, desde a escolha con-veniente do local até acomodação folgada dos serviços muni-cipais por espaço de tempo que vá além da nossa geração; os fatores relativos à realização ficarão a cargo de homens experimentados e conceituados, com a responsabilidade de des-cobrir e aplicar os recursos indispensáveis ao empreendimento sob pena de comprometer, pela lentidão ou pela paralização, todo o empenho anterior. E, se em rigor é a este grupo, maior e heterogêneo, que cabe decidir pelo definitivo ou pelo transi-tório, temos nós outros que somos técnicos, integrantes poten-ciais da primeira equipe, a obrigação de colaborar no escla-recimento das dificuldades para que se não erre por má orientação.

O financiamento duma obra pública perene não deve re-cair apenas sobre uma única geração, isto é, o prazo de amor-tização precisa ser admitido como longo. O seu vulto deve ser proporcionado à importância do fim; o que traz para um paço — centro e sede do município — o direito a uma ponderável parcela da sua receita. Que sacrifício não fazem os particulares, em seu orçamento, para amortizar a casa própria?

Por outro lado, em se tratando duma grande obra defi-nitiva, cuja execução demorará 4 ou 5 anos, é preciso não sacrificá-la nem abandoná-la, porque se aproxima uma come-moração de aniversário, maxime quando está a sete anos de distância. A consideração duma efeméride de importância deve até aumentar a disposição de se atacar e concluir uma reali-zação de caráter definitivo.

Outra consideração importante que me obrigo a citar é a imperfeição contingente das obras humanas. O progresso geral avança, inexoravelmente, com maior ou menor velocidade, e o que parece perfeito hoje, muito breve pode ser antiquado. Como consequência, a suposta perfeição das obras definitivas, inclusive um paço municipal, deve ser contida na relatividade do presente, sem rigorismo contemporizador.

A noção dum paço municipal está subordinada ao con-ceito da organização política. Numa democracia, constitui postulado a idéia do município autônomo; é ele, para a or-ganização política do Estado, o que a família é para a organização social da Nação: uma célula molecular, isto é,